

Declaração Política

15.01.2014

Duarte Freitas

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e Membros do Governo,

Os tempos que vivemos têm vindo a demonstrar a necessidade de procedermos, nos Açores, a uma profunda reflexão sobre o nosso regime Autónómico e a caminhada colectiva que empreendemos nas últimas quatro décadas.

A livre administração dos Açores pelos açorianos não é uma utopia, ou um sonho antigo.

A “livre administração” é o desejo de muitas gerações de açorianos e julgo poder interpretar o sentimento de todos aqui, afirmando que é com orgulho e responsabilidade, que ela tem vindo a concretizar-se nestes quarenta anos de democracia e liberdade.

Nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, o mundo tem mudado a grande velocidade.

A evolução política e cultural das nossas sociedades e o processo de integração europeia revolucionaram o modelo de organização social e política, com um profundo impacto sobre as autonomias políticas regionais.

Isso exige, para a Autonomia de hoje, e, mais ainda, para a Autonomia do futuro, contornos substancialmente distintos daqueles que temos vindo a conhecer até aqui.

“Pensar global, agir local” é cada vez mais uma realidade que condiciona as políticas europeias.

Nestes quarenta anos, os Açores mudaram profundamente. No entanto, o nosso modelo autonómico açoriano permanece, em muitos casos, agrilhado por alguns princípios fundamentais subjacentes à sua criação.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e Membros do Governo,

Hoje aqui, não quero falar apenas da querela com o Representante da República. Quero especialmente falar da reforma do regime autonómico.

É isso que a todos nos deve mobilizar, para lá das divergências conjunturais do momento.

Mas é importante que se perceba uma coisa: o envio do Orçamento regional para fiscalização do Tribunal Constitucional, da forma despropositada, desproporcional e desnecessária como foi feito, demonstra, mais uma vez, que não faz sentido a existência de uma figura tutelar não eleita.

Discutir o direito à livre administração dos Açores pelos açorianos é também discutir se as legítimas decisões políticas dos açorianos devem ser avaliadas por uma figura desprovida de legitimidade democrática direta.

E o PSD/Açores nunca teve dúvidas a este respeito.

O património autonómico do PSD/Açores é inquestionável: não é de agora, nem apenas por estes casos que queremos a extinção da figura de Representante da República. Este caso só evidencia essa necessidade.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo,

Na reflexão que temos de fazer não cabe apenas a próxima Revisão Constitucional e a necessária extinção das figuras tutelares. Esse sim, seria um debate redutor e de pouco efeito.

A reforma do próprio regime autonómico começa na Constituição, mas tem de compreender também o nosso Estatuto e a própria reforma do sistema eleitoral, estudando todas as formas possíveis que permitam aproximar eleitos e eleitores, reduzindo o número de deputados e mantendo a representatividade e a pluralidade democrática.

Por outro lado, o relacionamento dos nossos órgãos de governo próprio com as instâncias comunitárias e a adequação dos procedimentos e instrumentos para defesa dos nossos interesses nos processos de decisão supranacionais exigem um novo papel para os Açores nas suas relações com o exterior.

A importância do relacionamento com outros níveis de Poder obriga também a que repensemos a ligação entre o poder regional e o poder local, o papel dos Conselhos de Ilha e a presença do executivo em cada uma das nossas ilhas.

O PSD/Açores, desde já, compromete-se que continuará a contribuir para estas reflexões e apresentaremos propostas para os desafios presentes e futuros da nossa Autonomia.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Fazer mais com menos não pode ser um lema apenas da Economia. Tem de ser aplicado também à política e à nossa Autonomia. Tem de ser transversal, abrangente e sentido pelas pessoas.

Acredito sinceramente que, no diálogo com todos os partidos e com a sociedade civil saberemos encontrar soluções, colocando o interesse regional acima dos interesses partidários de forma a garantir as respostas da Autonomia às inquietações dos Açorianos.

Mas não é só no sistema político que temos de encontrar soluções para a Autonomia.

A situação difícil de algumas das nossas instituições e a progressiva degradação dos serviços do Estado na Região, são também alguns exemplos que evidenciam a urgência autonómica em que nos encontramos.

Temos de encontrar uma solução que defenda as instituições açorianas, que permita à Autonomia assegurar respostas às suas especificidades, recusando sempre o princípio, errado e simplista, de que deve ser a Autonomia a financiar as obrigações do Estado.

Não podemos deixar de exigir da República aquelas que são as suas indeclináveis responsabilidades, mas os verdadeiros defensores dos Açores não podem virar as costas às nossas instituições vectoriais, apenas por mero tacticismo partidário.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e Membros do Governo

Apesar de muitos tentarem que assim não seja, a verdade é que a Autonomia dos açorianos tem de ser também a Autonomia dos resultados.

Não pode ser a Autonomia dos mais de vinte mil açorianos desempregados e dos milhares de açorianos colocados em programas ocupacionais.

Não pode ser a Autonomia do abandono e do insucesso escolar.

Disse e repito: exercer a Autonomia é resolver melhor e mais depressa os problemas que afetam os Açorianos; é encontrarmos a melhor solução para o nosso desenvolvimento; é demonstrarmos, no dia a dia, que ela é a

melhor forma, dentro da convivência nacional portuguesa, de construirmos a nossa identidade, de realizarmos os nossos sonhos e as nossas ambições enquanto Povo Açoriano.

Saibamos todos estar à altura da nossa história.

Disse!